

## A opinião dos Professores



**António Augusto Cerqueira**, professor Aposentado

Urge um governo que inverta a descapitalização da CGA e que, através do OE, providencie o pagamento das pensões e assegure uma eficaz e controlada gestão do sistema. No imediato, o governo deve repor os valores das pensões – recorde-se que o Tribunal Constitucional se opôs à pretensão do corte nas pensões.



**Fátima Garcia**, Professora Aposentada S. Miguel, Açores

A profissão de “professor”, na especificidade da sua função de ensinar e educar, exige de nós um contínuo e continuado esforço gerador de um profundo desgaste, reconhecido cientificamente, o que indicia uma imperiosa necessidade de encurtamento da sua atividade profissional



**João Cabaço**, EB 2, 3 Dr Pedrosa Veríssimo – Paião, Figueira-da-Foz

Sendo uma profissão de grande desgaste a vários níveis, deviamo-nos aposentar com 36 anos de descontos, independentemente da idade, pois dificilmente regressaremos a algo que se pareça com o que já houve, em matéria de aposentação.



**Zulima Gonçalves Carvalho Piçarra Gaspar**, Professora Aposentada, Évora

“Todos os que trabalham uma vida inteira e contribuíram para o bem estar e desenvolvimento de uma comunidade merecem terminar a sua vida de forma tranquila, com dignidade e com autonomia financeira que lhes permita autonomia nas decisões e nas ações.”

## B. Questões relativas à situação de aposentação

**8** É reconhecida a descapitalização da Caixa Geral de Aposentações que decorre do facto de, durante muitos anos, o Estado ter-se dispensado de cumprir as suas obrigações enquanto entidade empregadora pública e de, a partir de 2006, ter cancelado a inscrição de novos subscritores, inviabilizando, assim, a entrada de novas contribuições. Que medidas pretende o Partido aprovar no sentido de garantir o pagamento das atuais e futuras pensões?



Não refere qualquer proposta específica relativa à situação da Caixa Geral de Aposentações. No entanto, sobre os regimes de aposentação e segurança social este programa eleitoral refere:

“Uma aposta efetiva no desenvolvimento de planos complementares de reforma, sejam de natureza profissional sejam de iniciativa individual, reforçando a cultura de poupança para a reforma, enquanto complemento à pensão pública, ou seja, fomentando a responsabilidade individual e coletiva na formação da pensão global;

Introdução, para as gerações mais novas, de um limite superior para efeitos de contribuição, que em contrapartida também determinará um valor máximo para a futura pensão. Dentro desse limite, a contribuição deve obrigatoriamente destinar-se ao sistema público e, a partir desse limite, garantir a liberdade de escolha entre o sistema público e sistemas mutualistas ou privados

Conclusão da convergência dos sistemas de pensões público e privado, prossequindo o esforço que tem sido desenvolvido há mais de uma década.”



Do programa: “O PS irá dotar um regime totalmente convergente entre a CGA e o RGSS, garantindo a completa homogeneidade dos diferentes regimes no que respeita à formação e às regras de cálculo das pensões, eliminando as discrepâncias que subsistem por forma a assegurar um tratamento mais igual.”



O principal problema da Segurança Social é económico e não demográfico, sendo por isso

determinante o combate ao desemprego e à precariedade. Recentemente apresentámos propostas imediatas de reforço do sistema contributivo:

- Travar a utilização do dinheiro que é dos trabalhadores e do sistema previdencial para fins que lhe são alheios, impedindo o uso indevido de verbas dos descontos dos trabalhadores;

- Eliminar inúmeras isenções e reduções da taxa social única (TSU), fazendo com que a segurança social perca mais de 500 milhões de euros por ano;

- Diversificar as fontes de financiamento, propondo para além dos salários, que o financiamento da segurança social seja complementado com contribuições das grandes empresas, com base no valor acrescentado e com parte das receitas de um imposto a criar sobre as transações financeiras realizadas em bolsa.



O Manifesto Eleitoral do Bloco de Esquerda é claro nesta matéria: “O Bloco de Esquerda propõe por isso a criação de uma taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para financiamento solidário da segurança social.”



Para “Os Verdes”, só deve existir um sistema de contribuições e esse deve ser, sem sombra de qualquer dúvida, a Caixa Geral de Aposentações. O estado deve ser fiscalizado no cumprimento das suas obrigações e todos os fundos devem estar blindados a jogos de oportunidade (como foi, por exemplo, a compra de títulos da dívida pública por Vítor Gaspar). Devem ser sempre salvaguardados os fundos depositados pelos subscritores independentemente dos percursos de descontos dos mesmos.

**9** Em 2009 o governo iniciou o congelamento das pensões e, dois anos depois, aplicou-lhes cortes reduzindo drasticamente os seus valores. Que compromissos assume o Partido relativamente à reposição das pensões nos valores anteriores à imposição destas medidas, dando início ao indispensável processo de recuperação do poder de compra dos pensionistas?



Neste âmbito, em matéria de incidência fiscal sobre as pensões, esta coligação apenas refere a “reversão da Contribuição Extraordinária de Solidariedade em 50% em 2016 e sua abolição em 2017, para pensões de valor

superior a 4611,4 euros.” Não faz, por isso, qualquer alusão à reposição das pensões nem à recuperação do poder de compra



Apesar de este ser um assunto, para a generalidade dos docentes e investigadores, da maior importância, o programa eleitoral omite qualquer referência a esta questão.



O PCP recusou sempre o congelamento do valor das pensões e defende o seu descongelamento imediato.

Temos apresentado propostas de valorização das pensões, que reponham o poder de compra perdido, sendo que esse aumento não poderia ser inferior a 25 euros mensais.



A reposição total das pensões é uma bandeira do Bloco de Esquerda.



Após uma vida de trabalho e um percurso de descontos, inopinadamente e de forma unilateral os pensionistas viram as suas expectativas de futuro serem goradas. Nós somos pela legalidade, pelo que não é necessário nenhum compromisso especial, só é necessário que se cumpra com a lei e as decisões do Tribunal Constitucional.

## A opinião dos Professores



**Alda Silveira,**  
EB1/JI de Velas,  
S. Jorge

Atendendo a que a avaliação no ensino básico é contínua, os exames encontram-se descontextualizados desta modalidade. De referir, ainda, que a essência dos exames não será avaliar o conhecimento dos alunos, mas sobretudo os docentes e o sistema educativo!

**António Jacinto Pascoal,**  
EB2,3 José Régio, Portalegre

Este é um sistema educativo completamente desvirtuado, transformado num treino específico para os exames nacionais. A introdução de critérios que autorizam um número desmesurado de alunos por turma, o impedimento de colocação de auxiliares de educação, e a falácia da avaliação externa, vão completando um cenário catastrófico.



**Jorge Coelho,** Escola  
Secundária Augusto  
Gomes (Matosinhos)

A contratualização prevista no programa Aproximar Educação apenas vai aumentar a burocracia e limitar o poder de decisão dos órgãos de gestão dos estabelecimentos, não trazendo quaisquer benefícios à Escola Pública, como foi evidente nas experiências ocorridas – e já descontinuadas – em Inglaterra, Suécia e Brasil.



**Sandra Freitas,**  
EB1/JI de Velas,  
S. Jorge

Não concordo com os exames no 1º ciclo, tanto testes intermédios como provas finais de ciclo, uma vez que estes criam muita ansiedade nos alunos, pois estes são pressionados pelos encarregados de educação e professores para obterem bons resultados. Esta ansiedade faz com que os resultados obtidos, muitas vezes, não correspondam aos conhecimentos dos alunos visto que só estão a ser avaliados nesse momento.

## C. Questões das escolas e do sistema educativo

**10** Sendo conhecidos os riscos associados à municipalização da educação (desresponsabilização do Estado, acentuar de assimetrias, reforço do controlo sobre as escolas e consequente perda de autonomia, clientelismo, processos arbitrários de seleção de pessoal...), que posição tem o partido sobre a contratualização prevista no Programa Aproximar Educação?



Do programa: “Maior descentralização para os municípios não é incompatível com uma maior autonomia das escolas”; “Avaliar as experiências-piloto do Programa Aproximar a fim de otimizar o modelo e, mediante os resultados obtidos, propor o seu alargamento ou reestruturação”.



O programa nunca se refere explicitamente à municipalização. Em alguns pontos considera necessário promover a descentralização mas nunca se diz de que forma.



Defendemos a revogação do processo de municipalização com o objetivo de impedir a perda de autonomia administrativa e pedagógica das escolas ou a sua privatização.



O Bloco é contra a municipalização da educação. O Bloco de Esquerda propõe, por isso, que se suspenda o processo de municipalização, que se anulem contratos já estabelecidos em respeito do princípio de autonomia das escolas, e se proceda a um debate público onde os conselhos gerais das escolas possam intervir.



É preciso devolver o significado às palavras e o PAE é pura e simplesmente a municipalização do ensino, que tem como único e prioritário objetivo a retirada da pouca autonomia que ainda reside nas escolas e agrupamentos de escolas. Para “Os Verdes”, a Municipalização da Educação representa